



## **Relatório de GRI – *Global Reporting Initiative* : Ferramenta Viável de Ganho Competitivo para Micro e Pequenas Empresas**

J. L. S. Alves <sup>a</sup>, F. O. Lima <sup>b</sup>, D. D. de Medeiros <sup>c</sup>

*a. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, ajordania@hotmail.com*

*b. Universidade de Évora, Évora, fa.olilima@gmail.com*

*c. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, medeirosdd@gmail.com*

---

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a possibilidade de implantação de relatórios de sustentabilidade sob o modelo do GRI - *Global Reporting Initiative* para micro e pequenas empresas. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da temática ambiental ressaltando-se a atenção às questões ambientais e relatórios de sustentabilidade GRI como meio de obtenção de ganho competitivo para as micro e pequenas empresas. Como resultado, observou-se que apesar do desconhecimento do significado dos relatórios pela gestora, algumas práticas de produção mais limpa, assim como pequenos relatórios foram produzidos e desde já foi possível observar redução de desperdícios e melhoras no funcionamento e da imagem da micro empresa. Além disso, constatou-se que essas alterações nos padrões de funcionamento não oneraram a empresa, mas sim trouxeram benefícios ambientais, sociais e econômicos contribuindo para a sustentabilidade do empreendimento. Observou-se que a adoção de relatórios de sustentabilidade da GRI é viável devido a sua simplicidade de implementação, tais relatórios anseiam descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais, *triple bottom line*, além de permitir medir as ações da empresa.

**Palavras-chave:** *Relatórios de Sustentabilidade; GRI, Competitividade; Sustentabilidade.*

---

### **1 Introdução**

Uma visão de mercado essencialmente econômica foi por muitos anos contemplada como o meio ideal à obtenção de qualidade de vida para a sociedade. Não havia uma preocupação com os impactos que a exploração da atividade econômica vinha causando à humanidade, desenvolvimento econômico e incremento ambiental eram considerados antagônicos.

Porém com o decorrer do tempo percebeu-se que o crescimento econômico diretamente ligado à noção de progresso social e evolução cultural acaba por incentivar o uso inconseqüente dos recursos naturais. Segundo Philippi Jr. e Silveira (2004) passou-se a perceber que os recursos naturais são bens econômicos e estão

igualmente sujeitos a escassez, da mesma forma que os recursos naturais renováveis possuem limites constituídos pela capacidade de suporte e de resiliência dos ecossistemas. Devido a esse quadro, na década de 1970 a Conferência de Estocolmo, surgiu como um dos mais relevantes alertas apontando a urgência de cuidar das causas ambientais de forma mais incisiva e eficiente (VINHA, 2003).

Diante dessa realidade as organizações sejam elas de grande, médio ou pequeno porte, compreenderam a necessidade de se adaptarem rapidamente às mudanças do cenário econômico para que pudessem permanecer no mercado e continuarem competitivas. De acordo com Netto (2006, p. 1) “as empresas que desejam obter vantagens competitivas devem estar preparadas para agir a todo momento, de maneira permanente, antecipando e formulando os problemas e riscos futuros.”

De acordo com Hart (2006) ações dirigidas ao menor impacto ambiental poderiam se tornar oportunidades importantes para os empreendimentos melhorarem seu desempenho social e operacional concomitantemente. Desta forma, muitas estratégias empresariais de adequação às novas dinâmicas do mercado estão direcionadas para o envolvimento das empresas com a questão ambiental e reconhecê-las se faz imprescindível para que se possa pensar como ampliar novas estratégias e adaptar as que já foram desenvolvidas.

Ante essa conjuntura, relatórios de sustentabilidade surgem como uma ferramenta para o alcance do desenvolvimento sustentável, principalmente no que se refere à prudência ecológica, eficiência econômica e social. Especificamente o relatório de sustentabilidade da GRI – *Global Reporting Initiative*, permite medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos à organização, buscando descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais conhecido como *triple bottom line* (GRI, 2006). Esse tipo de relatório é amplo, pois além de expor as questões econômicas e ambientais, atinge também questões sociais tendo em vista a sustentabilidade.

A aplicação de relatórios de sustentabilidade como o GRI pode atuar como diferencial, sobretudo nas micro e pequenas empresas já que se destacam como de maior importância dentro da economia, pois são responsáveis por significativa parte da geração de renda e empregos, além de possibilitar a pulverização dos negócios, permitindo geração de renda e circulação de capital.

Ainda diante do valor imputado à temática ambiental o número de documentos que tratam do assunto em pequenas e micro empresas ainda é restrito dentro da literatura. O presente trabalho demonstrar a viabilidade da adoção de relatórios de sustentabilidade GRI por micro e pequenas empresas, atuando como instrumento voltado ao ganho competitivo e melhoria de desempenho para esses empreendimentos. Colocando-se como estratégia empresarial potencialmente inovadora, além de colaborar para o fomento do material referente ao tema dentro da literatura.

## 2 Justificativa

Discussões referentes às questões ambientais passaram a ser um fator primordial para as decisões estratégicas das empresas. Um gerenciamento que abarque as questões ambientais é percebido como diferencial em empresas, especialmente para as micro e pequenas, objeto de estudo da presente proposta.

A opção por micro e pequenas empresas se deu devido à significativa importância destas no cenário econômico brasileiro, pois se caracterizam como maioria dentre os empreendimentos do país e geram uma relevante parcela de empregos. Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2006), 98% das empresas brasileiras são compostas por micro e

pequenas empresas, 67% das pessoas ocupadas (sócios, proprietários, funcionários com ou sem carteira de instituições privadas) no Brasil estão atuando nesses empreendimentos.

As micro e pequenas empresas são responsáveis também por 2,3% do valor das exportações brasileiras e também por 20% do PIB (Produto interno bruto). Do ponto de vista setorial, as micro e pequenas empresas dos setores de comércio e de serviços representaram 84% do universo de estabelecimentos formais brasileiros, totalizando mais de 1,8 milhão de estabelecimentos em 2006 (SEBRAE 2006).

Essas empresas conseguem complementar as grandes empresas, auxiliar na desconcentração espacial das atividades econômicas, absorverem grande parte da mão de obra principalmente as menos qualificadas, entre outros atributos relevantes para sua existência.

Diante de suma relevância, e da quantidade significativa desses empreendimentos, tornam-se necessários diferenciais que auxiliem na competitividade destas empresas, os quais podem ser alcançados através da adoção modelos de baixos custos, voltados à adequação dos empreendimentos aos padrões do relatório de GRI – *Global Reporting Initiative*, relatório decorrente de acordo internacional, criado com uma visão de longo prazo, "*multi-stakeholder*". Isso se dá devido à possibilidade de ganho competitivo decorrente do bom posicionamento das firmas alcançadas por meio de adoção de procedimentos mais limpos, redução de desperdícios, ou seja, simples alterações nos processos produtivos que podem proporcionar ganhos significativos.

Os modelos adotados para mudanças de procedimentos passam a ser elencados como um conjunto de indicadores do relatório de GRI. A metodologia de comunicação de desempenho nos relatórios das empresas é proposta como efetiva ferramenta para a demonstração dos resultados alcançados em relação aos compromissos assumidos pelas empresas com a sociedade como um todo.

### 3 Metodologia

Este estudo pode ser caracterizado, quanto a sua natureza, como exploratório e descritivo. De acordo com Collis e Hussey (2005) pesquisas nesse formato amoldam-se a assuntos que possuem poucos estudos precedentes sobre o comportamento de determinados problemas.

Quanto aos procedimentos para se atingir o estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica, já que tenta explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em livros, artigos, dissertações e teses (CERVO *et. al*, 2007). E estudo de caso, para Gil (1999, p. 73) "o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados dos mesmos."

O universo da pesquisa é composto por uma micro empresa do ramo de hospedagem localizada na cidade de Olinda-PE. Tendo como sujeito da pesquisa a gestora da empresa.

A pesquisa teve início com um levantamento bibliográfico acerca do gerenciamento ambiental e os relatórios de sustentabilidade de baixos custos, adequando-se dessa forma à realidade das micro e pequenas empresas, estas que possuem em sua maioria recursos financeiros limitados e necessitam de ferramentas para uma atuação sustentável.

Posteriormente, foram feitas observações e entrevistas na micro empresa estudada. Foram observados aspectos no seu funcionamento, assim como inquirição com o proprietário da micro-empresa.

#### 4 Contexto Ambiental

As idéias ambientais encontram-se em constante evolução, alguns acontecimentos são destacados como a Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre a Gestão do Ambiente (WICEM II) ocasião em que foi produzida pela Câmara de Comércio Internacional (1991) a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

A Carta Empresarial considera que as organizações precisam ter consciência de que deve existir um objetivo comum, e não um conflito, entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, tanto para o momento presente como para as gerações futuras. (ANDRADE *et al.*, 2002). Essas considerações fortaleceram ainda mais a importância das instituições avaliarem seu gerenciamento e processos produtivos, assim como buscarem investir em procedimentos que atenuem a degradação ambiental proveniente destes.

Com o desenvolvimento das questões ambientais percebeu-se que era necessário inserir ações ambientais às estratégias da empresa, ou seja, tratar as questões ambientais sistematicamente, atingindo todos os departamentos e funcionários da instituição para que assim levem a resultados positivos e obtiveram vantagens competitivas. Nesse contexto, a organização deve ser visualizada como um conjunto de partes em constante interação, constituindo-se em um todo orientado para determinados fins, em permanente relação de interdependência interna, como também com o ambiente externo (ANDRADE, 2000).

A visão sistêmica da gestão ambiental foi atrelada a novos conceitos, segundo Souza (2000, p. 27), a gestão ambiental pode ser percebida “como o conjunto de procedimentos que visam à conciliação entre desenvolvimento e qualidade ambiental, devendo, portanto, buscar o equilíbrio entre as necessidades da sociedade e a capacidade de suporte dos ecossistemas”. Essa visão aborda a gestão ambiental como uma integração entre a sociedade, ecossistema e desenvolvimento.

A preocupação e adoção de procedimentos ambientais na empresa seja ela de grande, médio ou pequeno porte, de acordo com Moreira (2001), proporciona o envolvimento de todos os setores da organização, seja a nível estratégico, tático ou operacional, a empresa como um todo passa a ter responsabilidade ambiental. Ainda segundo a mesma autora, a partir do momento que os colaboradores da empresa passam a perceber a relevância das práticas ambientalmente mais corretas, novas idéias passam a ser adotadas, surgindo assim oportunidades antes não percebidas.

De acordo com Dias (2006), a preocupação com a redução de custos, economia de recursos, adoção de ações que controlem e reduzam os impactos negativos provocados pelas empresas ao meio ambiente podem ser chamados de uma gestão ecológica, pois dessa forma a empresa responsabilizar-se-á por processos produtivos menos impactantes gerando benefícios financeiros e sociais para empresa.

Diante do exposto, um dos maiores desafios competitivos no meio empresarial atualmente é a conciliação do seu desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente. Visto que o gerenciamento ambiental é de suma importância, pois sua adoção favorece a imagem da empresa, como também, é um instrumento de ganho competitivo.

## 5 Micro e Pequenas Empresas

As micro e pequenas empresas movimentam a economia brasileira e a cada dia recebem mais incentivos dos órgãos responsáveis para seu fomento. Conforme Koteski (2004), no momento que um país depara-se com uma crise econômica, procura alternativas para o contorno da mesma, elegendo políticas que combatam o desemprego, políticas de motivação aos empreendedores, como também às micro e pequenas empresas, as quais são vislumbradas como uma das alternativas mais eficazes no combate às dificuldades econômicas no país devido a significativa parcela que pequenos empreendimentos exercem na economia.

Apesar da relevância socioeconômica das micro e pequenas empresas, sua classificação ainda não foi delimitada, não existe uma definição rígida, mas conceitos que norteiam várias formas de classificação destes empreendimentos. “não é a dinâmica interna que peculiariza estas pequenas unidades produtivas, não é sua dimensão que explica o papel que cumpre no sistema produtivo-comercial. O que esclarece sobre suas possibilidades e limites de desenvolvimento empresarial, o que se coloca como essencial, é o lugar que ocupa na divisão organizativa deste sistema.” (MONTAÑO, 2001, p. 11).

São adotadas diversas classificações e definições a cerca das micro e pequenas empresas como número de funcionários, quantidade de venda, receita, ativos, entre outras, todas elas são respeitadas e são utilizadas de acordo com a necessidade latente.

De acordo com o SEBRAE – Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa, as micro e pequenas empresas classificam-se conforme o número de empregados. As micro empresas da indústria limitam-se a 19 funcionários, quanto ao comércio a 9. Quanto às empresas de pequeno porte quando de 20 a 29 funcionários são tratadas como micro empresas e de 10 a 49 funcionários, são classificadas como pequenas empresas.

De acordo com a Lei complementar 123/06 as Micro e Pequenas empresas são classificadas pelo seu faturamento bruto anual, esta classificação é a considerada para fins legais e está disposta na Tab. 1 a seguir.

*Tab. 1: Classificação das Micro e Pequenas empresas segundo faturamento bruto anual*

<b>Porte</b>	<b>Simplex Nacional</b>	<b>Exportações</b>
<b>Microempresas</b>	Até R\$ 240 mil	Até US\$ 200 mil para comércio e serviços. Até US\$ 400 mil para indústria
<b>Empresas de Pequeno Porte</b>	Acima de R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões	Acima de US\$ 200 mil até US\$ 1,5 milhão para comércio e serviços. Acima de US\$ 400 mil até US\$ 3,5 milhões na indústria.

*Fonte: Lei Complementar 123/06*

Diante dos dados, percebe-se que estas empresas possuem relevância não apenas econômica, mas também social e política, pois é responsável pela maioria dos postos de trabalho, decorrente do seu destaque socioeconômico.

## 6 Relatórios de Sustentabilidade – GRI

Cada vez mais consumidores atentam para a importância da conservação do meio ambiente passando a ter interesse sobre os procedimentos e ações que as empresas realizam. Sociedade e mercado passam a ter uma visão holística preocupando-se não apenas com benefícios econômicos, mas também com as conseqüências trazidas para o meio ambiente.

Os interessados nas instituições passaram a demandar informações sobre procedimentos gerais realizados pelas empresas, passando a valorizar aquelas que demonstram suas atitudes de forma clara em detrimento àquelas que não deixam transparecer sua preocupação em informar como o seu trabalho está sendo realizado. Frente a estas mudanças no comportamento, as organizações buscam maneiras de manterem-se atualizadas e competitivas, para isso são utilizados vários meios ao alcance do sucesso no mercado, dentre esses modos estão presentes os relatórios de sustentabilidade.

A construção de relatórios de sustentabilidade versa essencialmente a prestação de contas, divulgação e medição do desempenho da empresa para os *stakeholders*, permitindo assim que estes possam averiguar se tais instituições estão atuando para um desenvolvimento sustentado baseado na *triple bottom line*. As informações contidas nos relatórios devem transparecer o real desempenho dos processos produtivos da instituição, seja ele positivo ou negativo.

De acordo com Amaral (2003), os Relatórios de Sustentabilidade tem como objetivo primordial o monitoramento dos indicadores através de medições transparentes, verificáveis e, conseqüentemente, relevantes, tanto para as diversas partes interessadas, quanto para os gestores, estimulando assim melhorias no desempenho dos processos ou atividades da empresa.

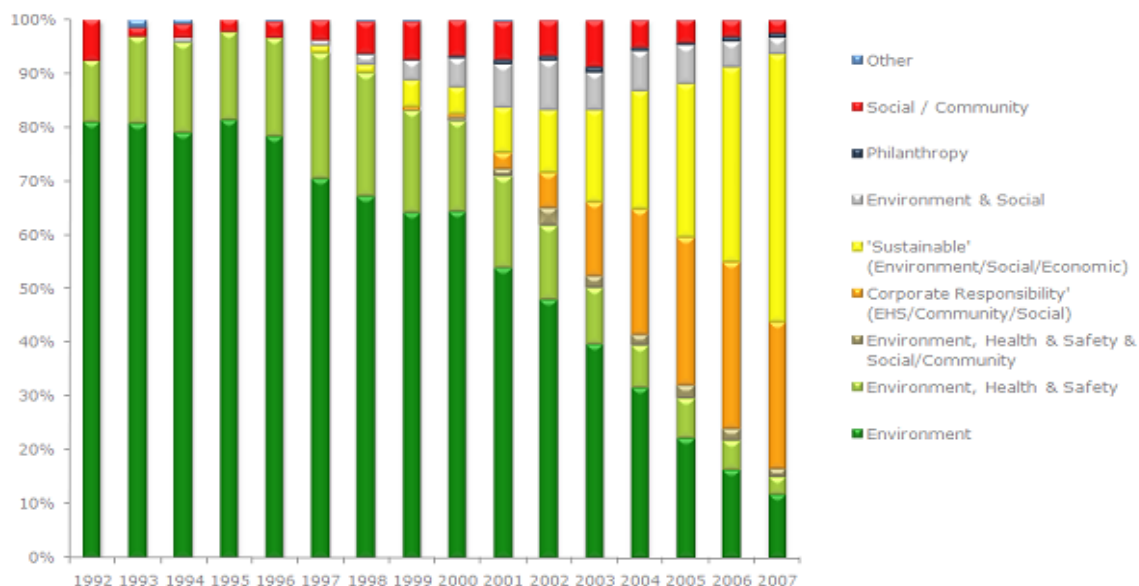


Fig. 1: Proporção relatórios de sustentabilidade no mundo

Fonte: [www.corporateregister.com](http://www.corporateregister.com)

A Fig. 1 demonstra a proporção de relatórios que englobam questões sociais, econômicas ambientais, de saúde separadamente entre os anos de 1992 e 2007. Notam-se as mudanças nos tipos de relatórios confeccionados, inicialmente eram realizados relatórios apenas referentes ao meio ambiente, a partir de 2001 percebe-se o fomento de relatórios de sustentabilidade, os quais englobam questões ambientais, econômicas e sociais, permitindo uma análise macro.

Diante disso, o relatório GRI foi criado com o objetivo de elaborar e disseminar um guia para elaboração de relatórios de sustentabilidade que pudessem ser aplicados de forma voluntária pelas empresas que desejam prestar informações econômicas, ambientais e sociais sobre seus produtos e processos produtivos. O GRI decorre de um acordo internacional, criado com uma visão de longo prazo, "multi-stakeholder" (GRI, 2006).

Uma das características que mais chama atenção no GRI é sua adaptabilidade, pois pode ser aplicado em empresas de qualquer porte, sejam elas grandes, médias, pequenas ou micro, de qualquer localidade. É um meio de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos à organização, buscando descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais, mais conhecidos como *triple bottom line* (GRI, 2006).

A estrutura oferecida pela GRI para elaboração de relatórios de sustentabilidade deve divulgar os resultados obtidos dentro do período analisado. O relatório de GRI auxilia a empresa a avaliar aquelas práticas que ainda não são eficientes, ou ainda não existem, e acompanhá-las ao longo do período entre um relatório e outro (BINKOWSKI, 2008).

Passa-se assim a apresentar uma estrutura base para elaboração do relatório GRI, baseados em princípios essenciais que visam o equilíbrio entre os itens econômicos, sociais e ambientais, além de proporcionar a comparabilidade temporal, garantir credibilidade e permear o colóquio entre os *stakeholder* (GRI, 2006). Este conjunto de princípios está representado na Fig. 2.

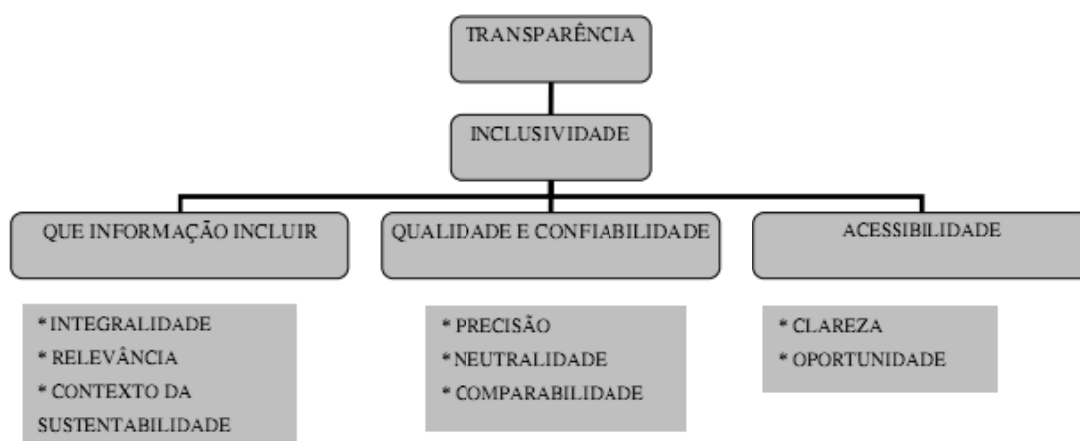


Fig. 2: Princípios do Relatório de GRI

Fonte: GRI (2006)

A característica que faz com que o GRI gere mais benefícios relaciona-se com o fato de mesmo englobar amplamente o *triple bottom line*, econômico, social e ambiental, ou seja, os âmbitos da sustentabilidade. Outro ponto de grande relevância são as diretrizes para elaboração do relatório, pois se trata do resultado de discussões entre diversos grupos de interesse, impulsionando as empresas a buscar uma melhoria contínua, ações proativas, transparentes e públicas.

Todas as informações contidas no relatório devem estar disponíveis para serem acessadas diretamente a partir de uma única localização, como por exemplo, o sumário de conteúdo da GRI. Também não existe tamanho mínimo para um relatório elaborado com base na estrutura de elaboração de relatórios da GRI. O relatório apresenta-se de forma flexível facilitando assim adaptabilidade tanto das empresas que os adotam, quanto das partes interessadas que possuem uma

informação mais acessível. Basta que a organização tenha aplicado de forma correta a documentação da GRI que optou por utilizar (UBQ, 2009).

Perante as condições do GRI as micro e pequenas empresas possuem abertura para utilização do relatório, desta forma o desenvolvimento de um modelo de adequação das micro e pequenas empresas ao referido relatório proporcionará uma maior facilidade de compreensão e benefícios tanto para os empreendimentos, quanto para os *stakeholders*.

## 7 Resultados e Discussões

A instituição avaliada trata-se de uma micro empresa do ramo de hospedagem localizada na cidade de Olinda-PE. A empresa emprega 10 colaboradores regulamentados e a proprietária, que além de administrar o negócio, também presta serviço de recepção dos hóspedes. A empresa atua nesse ramo há 35 anos, porém sofre limitações financeiras as quais podem ser mitigadas por adoção de práticas ecoeficientes. Esta empresa foi elencada por ter um período significativo de atuação no seu segmento, como também pertencer a um ramo que possui grande número de empresas em atuação principalmente na área onde se encontra em funcionamento, o sítio histórico de Olinda-PE. A maior parte dos clientes é composta por estrangeiros, atende também visitantes nacionais numa menor proporção.

Na análise dos dados observou-se que apesar da conscientização por parte da administradora, as ações realizadas em relação a práticas de produção mais limpa ainda são limitadas. A prática mais comum observada foram a coleta seletiva, reutilização de roupas de cama e banho por parte dos hóspedes, reaproveitamento de lixo orgânico para adubar o jardim e armazenamento da água da chuva para uso na lavagem do ambiente e dos banheiros, também armazena o óleo de cozinha inutilizável em recipientes plásticos os quais são coletados por uma empresa de tratamento de óleo.

Observou-se também que a empresa entrevistada realizou ações de redução do consumo de energia elétrica, como troca de ar condicionados, geladeiras e lâmpadas por mais econômicas, utiliza telhas transparentes para aproveitar a luz solar. De acordo com a proprietária devido ao grande número de hóspedes estrangeiros foi necessário adotar a produção mais limpa, mas afirma que não imaginava que tais ações gerassem resultados tão positivos. A mesma afirma que houve uma redução em seus custos e uma excelente aceitação por parte dos visitantes. Diante dessa aceitação é colocado a disposição dos seus hóspedes, fornecedores e comunidade local, comentários que relatam como as ações são feitas e como isso foi benéfico para a micro empresa, para os hóspedes e a comunidade local.

Observou-se com essa pesquisa que a instituição, mesmo sem conhecer os conceitos relativos à produção mais limpa e relatórios de sustentabilidade, realiza ações que já trazem resultados positivos ambientais, econômicos e sociais. As poucas e simples ações, voltadas ao meio ambiente, adotadas pela empresa já indicam redução de custos, através da mitigação de desperdícios e reaproveitamento de material, acarretando em um ambiente mais salubre, tanto para clientes quanto para funcionários.

Outro ponto a ser considerado, é o reservatório para o armazenamento de água da chuva para lavagem do ambiente. E apesar da falta de conhecimento sobre a importância dos relatórios de sustentabilidade como o GRI, a empresa já dispõe um relatório simples sobre as ações executadas, o que já gera um diferencial competitivo.



## 8 Conclusões

Este artigo buscou apontar os relatórios de sustentabilidade tipo GRI como ferramenta para ganho competitivo e organizacional em micro e pequenas empresas. Observou-se que essas empresas ainda precisam difundir e seguir com mais entusiasmo com práticas de produção mais limpa e a disposição das ações em relatórios de sustentabilidade tipo GRI. Também se observa que tais empreendimentos não vislumbram como a inserção de inovações ecoeficientes podem trazer vantagens competitivas e ganho mercadológico.

Diante da análise feita na micro empresa de hospedagem, percebe-se que empresas deste porte podem se destacar no mercado adotando relatórios de sustentabilidade, já que trata-se de um serviço voltado diretamente ao público e sua satisfação, estes hóspedes atuam como agentes multiplicadores das ações realizadas. Esses relatórios muitas vezes não requerem grandes investimentos e geram lucros e melhoria de imagem por meio de mudanças nos processos e nas práticas cotidianas. É uma ferramenta ímpar, que possibilita trabalhar os desafios internos e externos às firmas, ao mesmo tempo em que as estimula a aproveitar as oportunidades, elaborando produtos com responsabilidade social e ambiental. Vale ainda ressaltar, que tais relatórios podem despertar a atenção especial dos clientes e potenciais consumidores.

## 9 Referências

AMARAL, S. P. **Estabelecimento de indicadores e modelo de relatório de sustentabilidade ambiental, social e econômica: uma proposta para a indústria de petróleo brasileira**. Rio de Janeiro. COPPE/UFRJ, 2003. 251p. Tese (Doutorado em Planejamento Energético e Ambiental) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de, TAKESHY, Tachizawa, CARVALHO, Ana Barreiro de. **Gestão Ambiental: Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2002.

BINKOWSKI, G. **Aderir à GRI é um investimento. 2008**. Disponível em: <[http://www.acionista.com.br/sustentabilidade/150908\\_GRI\\_investimentos.htm](http://www.acionista.com.br/sustentabilidade/150908_GRI_investimentos.htm)>. Acesso em 28 de abril de 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Tradução Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DIAS, Reinaldo, **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para relatórios de sustentabilidade**. 2006. Disponível em: <[http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3\\_GuidelinesPTG.pdf](http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf)>. Acesso em: 13 de agosto de 2009.

HART, S. L. **O capitalismo na encruzilhada: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo** - tradução Luciana de Oliveira Rocha - Porto Alegre: Bookman, 2006.

KOTESKI, Marcos A. **As Micro e Pequenas Empresas no Contexto Econômico Brasileiro**. São Paulo: Revista FAE Business, nº 08, maio de 2004.

LEI COMPLEMENTAR 127/07. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/LeisComplementares/2007/leicp127.htm>>. Acesso em: 30 janeiro 2010.

MONTAÑO, Carlos, **Microempresa na era da globalização: uma abordagem histórico-crítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOREIRA, Maria S., **Estratégia e implantação de sistemas de gestão ambiental: Modelo ISSO 14000**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2001.

NETTO, Antonio V., **Gestão das pequenas e médias empresas de base tecnológica**. Barueri: Minha Editora; SEBRAE; Manole, 2006.

PHILIPPI JR., A.; SILVEIRA, V.F. **Saneamento Ambiental e Ecologia Aplicada**. In: Philippi Jr, A; Romério, M. A.; Bruna, G. Collet, editores. *Curso de Gestão Ambiental* Barueri: Manole, 2004.

SEBRAE. **Onde estão as Micro e Pequenas Empresas no Brasil**. Disponível em: <[http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/resultado\\_mpe\\_brasil.pdf](http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/resultado_mpe_brasil.pdf)>. Acessado em: 15 outubro 2009.

SOUZA, Marcelo P., **Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e prática**. São Carlos: Rani Costa, 2000.

UBQ – **União Brasileira da Qualidade**. Disponível em: <<http://www.portalqualidade.com.br>>. Acesso em: 15 setembro 2009.

VINHA, V. **As empresas e o desenvolvimento sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa**. In: May, Peter H., Lustosa, Maria C., Vinha, Valéria. (org.). *Economia do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.